

EÇA DE QUEIRÓS: REALIDADE E REALISMO PORTUGUÊS*

Nílvio Ourives dos Santos**

RESUMO

Este artigo apresenta, de forma concisa, elementos caracterizadores do Realismo português, da realidade vivida em Portugal na época em que o movimento eclodiu durante as Conferências do Cassino, culminando com a exposição das fases específicas do processo de criação literária estabelecidas por Eça de Queirós, sem dúvida um dos maiores expoentes do movimento realista em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Realismo Português; Realidade Portuguesa; Fases Queirosianas.

EÇA DE QUEIRÓS: REALITY AND PORTUGUESE REALISM

ABSTRACT: This article shows, in a brief form, elements which characterize the Portuguese Realism, the reality lived in Portugal in the age where this movement arises - during the Casino's Conferences - and culminating with the exposition of the specific phases in the literary creation process established by Eça de Queirós, one of the most

INTRODUÇÃO

Pretendemos trazer à tona, com este artigo, a realidade encontrada no meio sócio-político-econômico português, quando da eclosão do chamado movimento realista em Portugal; sobretudo, buscando enfatizar as fases específicas e caracterizantes do processo de criação literária de um dos maiores expoentes do Realismo Português: Eça de Queirós. Não repetiremos, aqui, o que muitos críticos já fizeram – análise tão somente de fases e textos queirosianos – ao contrário, tentaremos mostrar, sob um prisma sociológico, a visão de mundo de Eça, o distanciamento que o mesmo estabelece de sua pátria e de sua família, possibilitando, dessa forma, análise mais aprofundada do produto criado pelo escritor português, suas características, suas preocupações, bem como suas críticas ao sistema sócio-político. Se críticos, como Óscar Lopes e António José Saraiva, Massaud Moisés, Benjamin Abdala Júnior e Maria Aparecida Paschoalin, dentre outros, demonstraram a vida e o conjunto da obra de Eça de Queirós, promovendo inúmeras discussões acerca das temáticas trabalhadas pelo escritor, tentando, portanto, estabelecer uma relação entre a vida e a produção de Eça, através de uma divisão de fases em que determinadas obras seriam, então, enquadradas, não nos cabe discutir a posição ou o mérito de seus estudos, mas procurar repensar algumas obras, personagens, cenários, enfim, os quais nos façam entender melhor a visão de mundo de Eça. Para tanto, dividiremos este artigo em subtítulos como: a realidade portuguesa; o movimento realista em Portugal; as conferências do Cassino; Eça de Queirós e a proposta realista e, por fim, considerações finais, sobretudo com o intuito de melhor entender a visão de mundo e, por conseguinte, a criação ficcional queirosiana.

A Realidade Portuguesa

O século XIX, sobretudo em sua segunda metade, representa uma das fases mais ativas, do ponto de vista intelectual e literário, da história europeia. Esse momento apresenta

a civilização burguesa e o liberalismo, que tornavam possível as exposições livres de idéias no campo sócio-político-econômico, em busca de uma real e concreta democratização que representasse novas oportunidades ao povo em geral.

Sendo a arte literária a transposição da visão de mundo do autor em relação ao meio em que vive, expressa na realidade ficcionalizada da obra literária, não precisaria dizer que o momento de reivindicação em todos os níveis torna-se perfeito para uma numerosa produção literária de crítica aos sistemas impostos por uma sociedade problemática.

O homem europeu torna-se um devorador de jornais, revistas, romances, enfim, qualquer processo escrito que o deixe a par das questões sociais, políticas e econômicas, norteadoras de sua existência, pois passa a enxergar-se nas tramas dos textos lidos, encarna a problemática vivida pelas personagens no decorrer dos enredos; deixa de ser individualizado, os seus problemas correspondem aos problemas de outros membros da sociedade em que está inserido, gerando, com isto, a visão de mundo coletiva, tomando-se por base a teoria proposta por Lucien Goldmann.

Nesse período, em âmbito europeu, destacam-se Gustave Flaubert e Émile Zola, críticos ao sistema e à pequena burguesia, influenciadores diretos do movimento realista em Portugal e, em especial, de Eça de Queirós.

Em Portugal, a realidade não corresponde ao que se encontra nos países mais desenvolvidos da Europa, pois retrata uma quase ausência de indústrias e o índice de analfabetismo alcança um patamar alarmante de aproximadamente 80% da população.

Em 1851, o movimento denominado Regeneração implanta, em Portugal, o Liberalismo, através de um golpe de Estado, estabelecendo mudanças constantes no poder português, dentro da monarquia constitucional; ora sobem ao escalão máximo os conservadores, ora o assumem os progressistas. Dessa forma, o modelo político português nada mais será que uma cópia do vigente na Inglaterra.

* Artigo propiciado pela pesquisa institucional estabelecida no decorrer do ano letivo de 2002, na Universidade Paranaense, lotada no IPEAC, como consequência da aprovação do Projeto de Pesquisa Intitulado *A Relíquia e o Crime do Padre Amaro: uma visão crítica do clero português*, sob protocolo n° 001361.

** Docente do departamento de Letras da UNIPAR

A partir do momento em que o Liberalismo assume as rédeas do processo sócio-político-econômico em Portugal, torna-se claro o objetivo governamental em determinar uma política de transporte, ou seja, priorizam-se as construções das estradas de ferro, o que gera, dentro da pirâmide de valores sociais, o aumento da taxa de emprego. Porém, como lembra Benjamin Abdala Jr., o fundamental seria uma política de produção, possibilitando o processo de desenvolvimento da indústria naquele país.

O processo de capitalização do campo beneficiou o comércio, mas não a indústria, em face do atrelamento econômico do país ao imperialismo da Inglaterra. Ao contrário, agravou-se o estado de dependência industrial: o produto importado seria superior e mais barato que qualquer concorrente nacional. O desenvolvimento capitalista, centrado em estruturas agrárias e comerciais, apenas capacitou o consumidor a importar novos produtos, bem ao gosto do 'status' pretendido pelas novas classes médias. (Abdala Jr., 1982: 99)

Nota-se um real descontentamento sócio-econômico por parte da grande massa portuguesa, gerando os grupos de intelectuais pensadores, que se reuniam nos cafés dos grandes centros nervosos portugueses, como Lisboa, porém, de modo desorganizado em termos políticos.

Assim sendo, das tantas vertentes, duas foram dominadoras do movimento vivido em Portugal: a primeira de ordem socialista-cooperativista e a segunda com base no pensamento de Proudhon, que defendia especificamente o desenvolvimento da sociedade como um todo, todavia através de processos revolucionários gradativos; sendo que nessa vertente encontra-se o expoente literário português: Eça de Queirós.

O Movimento Realista em Portugal

Os últimos anos em que o Romantismo marcou sua periodicidade em Portugal correspondem historicamente ao momento em que a sociedade portuguesa vivia uma crise intensa em quase todos os setores sociais, sobretudo os ligados ao meio rural.

Duas revoltas de considerável monta podem ser presenciadas neste período: a revolta de camponeses da região do Rio Minho, ocorrida por volta de 1846, e a Patulêia – memorável rebelião de soldados – datada de 1847. Ambos os movimentos podem ser pensados como políticos e militares e semelhantes, em termos ideológicos, à revolução ocorrida em 1948 na França, pois apresentam um caráter pequeno-burguês e servem de válvula de escape para os grupos sociais desgostosos com a trilha adota pelo ideal burguês. Não podemos deixar de pensar que, na França, o movimento gerado pela revolução burguesa teve suas bases alicerçadas no desenvolvimento industrial, enquanto que, em Portugal, apenas refletiu

especificamente a crise do setor agrário.

O chamado movimento literário realista teve início em Portugal com a **Questão Coimbrã**, em 1865, entrando em franca decadência por volta de 1890, vindo a findar didaticamente em 1900, sobretudo com o golpe fatal da morte de seu expoente maior: Eça de Queirós.

Sem dúvida, o realismo português alcançou seu momento de esplendor com a criação da conhecida **Geração de 70**, composta por, dentre outros nomes de menor monta, Eça de Queirós, Antero de Quental, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, influenciados diretamente por Victor Hugo, Heine e Michelet, escritores renomados europeus, preocupados com os aspectos sociais vividos pelos povos oprimidos e, por isso, desprezados pelo romantismo português, apesar de representarem uma ala romântica de renúncia do primeiro momento realista no mundo ocidental.

Além disso, o grupo de escritores e intelectuais que idealizou a **Geração de 70** mostrava-se completamente influenciado pelo cientificismo proveniente, sobretudo, de França, como o *Positivismo*, de Comte; o *Determinismo*, de Taine; o *Evolucionismo*, proposto por Darwin; o *anticlericalismo*, de Renan; bem como o não menos importante *Socialismo Reformista*, de Proudhon.

Com base no cunho cientificista, portanto, vem à tona a **Questão Coimbrã**, polêmica literária acirrada, ocorrida no biênio 1865/1866, tornada pública através de folhetins e artigos em jornais, em que Antonio Feliciano de Castilho censurou, sem medir palavras, os novos temas e estilo proposto pelos jovens idealizadores do Movimento Coimbrã, ridicularizando, sobretudo, Antero de Quental, Teófilo Dias e Vieira de Castro. Em resposta às críticas, Quental, com os textos *Bom Senso e Bom Gosto* e *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, datados de 1865, expõe, ainda que de modo vago, sem muita normatização do que seria mais tarde o verdadeiro movimento realista português, uma prévia dos ideais propostos pelos expoentes da escola em território português. No ano seguinte, Teófilo Dias dá sua contribuição ao movimento ao publicar o texto *Teocracias Literárias*, no qual ratifica o pensamento de Quental, opositor ao já decadente e desgastado movimento romântico português.

Estava a partir de então definida, com a Questão Coimbrã, uma crise de cultura vivenciada em Portugal, que seria considerada o elemento pivô para o surgimento do ideal realista em território lusitano. Após derrotar os castilhistas, o grupo de intelectuais acaba por dispersar-se. Porém, em 1868 torna a se encontrar quando da formação do grupo Cenáculo, com o intuito evidente de idealizar e formatar de modo concreto e objetivo o crescimento do Realismo.

Formavam o grupo Cenáculo escritores e intelectuais da primeira linha cultural portuguesa contemporânea ao movimento realista: Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Salomão Sáraga, Santos Valente, Mariano Machado de Faria e Maia, José Eduardo Lobo da Costa, dentre outros nomes de menor frequência anotada nas reuniões estabelecidas na residência de Jaime Batalha Reis.

Em tais reuniões boêmias viriam a ser idealizadas as Conferências do Cassino, como pode ser observado no trecho a seguir:

Em 1871, os rapazes do Cenáculo resolvem organizar uma série de conferências públicas com

o fito de pôr em discussão franca os problemas e as questões de ordem ideológica que então interessavam a gente culta da Europa e da América do Norte. Para tanto, alugam o Cassino Lisbonense, uma espécie de café-concerto onde se reúne a boêmia áurea do tempo para ouvir o can-can e ouvir cançonetas picantes. (Moisés, 1984:196)

Antero de Quental fez com que o grupo passasse a ter uma sistematização em suas leituras e produções literárias, definindo os verdadeiros interesses e determinando uma finalidade construtiva para o Cenáculo. Assim, Antero assume a posição de mentor do grupo.

As Conferências Lisboenses apresentavam ao público uma série de objetivos extremamente ambiciosos para a época sócio-política vivenciada pelo povo português. O programa que anunciava as Conferências Lisboenses trazia à tona, de forma bastante clara, alguns objetivos traçados pelo Cenáculo, que, por sua vez, norteava-se pelo ideal realista europeu, tomando-se por base o cientificismo, com o intuito de determinar mudanças bruscas na sociedade portuguesa. Dentre tais objetivos encontravam-se, por exemplo, no programa que anunciava as Conferências:

Abrir uma tribuna onde tenham voz as idéias e os trabalhos que caracterizam esse movimento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e apolítica dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; Procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; Estudar as condições da transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa. (Lopes, 1982: 870).

Logo, o que se buscava nada mais era que mudanças radicais no seio da sociedade portuguesa e, para que tais mudanças acontecessem, haveria necessidade de que o meio intelectualizado português atingisse as classes menos privilegiadas, mantidas num processo de alienação pelo re-

gime denominado Regeneração, que se impunha à sociedade portuguesa.

As Conferências do Cassino

A primeira conferência, O Espírito das Conferências, proferida por Antero de Quental, em 22 de maio de 1871, tentava mostrar ao público presente no Cassino – dentre eles deputados, escritores e funcionários públicos – que Portugal se encontrava apartado dos grandes acontecimentos intelectuais europeus. A idéia exposta por Quental foi, em termos, aceita pelo público; porém, houve quem divergisse das mesmas:

Ontem no salão do Cassino começaram as célebres conferências democráticas. Qual é o seu fim? Espalhar as doutrinas que têm produzido em França as desgraças que têm horrorizado o mundo. Uma dúzia de indivíduos desvairados pelas teorias do filosofismo liberal ou possuídos desta ambição insofrida que só nas perturbações sociais vê ensejo para sair da obscuridade são os pregadores desta missão desorganizadora que, há muito, outros iguais, por diversos modos, têm empreendido com um tal ou qual sucesso, desmoralizando e subordinando uma pequena parte da população das nossas cidades. (Mônica, 2001: 111)

Nota-se, no trecho extraído do periódico católico e miguelista A Nação, uma forte oposição ao que Antero de Quental havia proferido na primeira conferência, sobretudo na tentativa de mostrar ao público leitor o que ocorria em França de sua época. Tal oposição aos ideais conferencistas só fazia lotar o Cassino em próxima apresentação pública.

O objetivo, portanto, da primeira conferência era, sem dúvida, expor ao público intelectualizado português uma idéia mais concreta do que seria, na verdade, o ciclo de conferências, priorizando a idéia de que Portugal deveria sair do ostracismo em que se encontrava.

A segunda conferência, também de autoria de Antero, por muitos considerada a mais famosa, Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos, foi proferida no dia 27 de maio. Em sua segunda exposição Antero

de Quental estabelece três motivos fundamentais que levaram a Península Ibérica ao início do processo de decadência sócio-política: o Concílio de Trento, o absolutismo e as conquistas. O atraso de Portugal em comparação a outros países europeus era visível.

A imprensa católica passou a apoiar, sem medir esforços, o governo português. Folhetins como A Nação e O Bem Público declararam abertamente por trás da conferência de Quental existia o ideal comunista.

A terceira conferência se deu a 05 de junho. Augusto Soromenho proferiu Literatura Portuguesa, na qual fazia uma análise detalhada da produção literária em Portugal, propondo a criação de uma nova literatura, que se fizesse e se mostrasse efetivamente nacional. Aproveitando o ensejo, produziu arraigada crítica ao processo de criação literária setecentista e romântico.

Acerca da decadência literária portuguesa, afirma Massaud Moisés:

(...) a decadência da Literatura Portuguesa por falta de originalidade e gosto, evidente na poesia, no romance, no drama e na crítica que então se faziam em Portugal. Para remédio da situação, aponta o Cristianismo entendido como essencialmente diverso do Catolicismo. (Moisés, 1984: 198)

Todos os envolvidos diretamente com os ideais das Conferências Democráticas pensavam a Literatura Portuguesa como um processo extremamente decadente. Ao mesmo tempo em que tal decadência era mostrada ao público, acusava-se o Estado pelo sistema educacional falido em Portugal; e, ao entrar no campo sócio-político, acabavam por criticar abertamente o Catolicismo, pelo afastamento dos aspectos teóricos e práticos, ou seja, o que se pregava nas igrejas não

correspondia às ações diárias de religiosos. Tais críticas serão evidenciadas fortemente em obras de Eça de Queirós, como O Crime do Padre Amaro e Relíquia, sobretudo.

Não há dúvidas quanto ao fato de que a quarta conferência tenha sido de fundamental importância para o Realismo que tentava se firmar em solo português. A 12 de junho⁶, Eça de Queirós, ainda desconhecido do público intelectual lusitano, proferiu A Literatura Nova ou O Realismo Como Nova Expressão da Arte. É, sem dúvida, o momento máximo de crítica ao que se produziu na literatura setecentista e romântica em território português. Eça fez questão de mencionar o caráter social da literatura e seu valor como agente de transformações, acima de tudo quando sua atuação se dá sobre uma sociedade obsoleta.

Para Eça, havia extrema necessidade de demonstrar ao público o quanto a arte realista se fazia diferente e superiora às demais artes, sobretudo por retratar o homem em seu meio, com seus problemas verdadeiros e reais, ideal não aceito por literatos românticos.

O Romantismo era a apoteose do sentimento; o Realismo é a anatomia do caráter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mau na sociedade. Pessoa, (apud Abdala Jr., 1982: 102).

O que previa aquele que se tornaria o maior nome da literatura realista em Portugal era exatamente o surgimento de uma nova arte, que retratasse com fidedignidade o povo português e todas as relações de opressão vividas por ele, povo, na sua incansável busca de sobrevivência. Dessa forma, a conferência queirosiana trazia à tona a defesa, devidamente fundada, da arte realista como processo de fotografiação, senão completamente verdadeira, ao menos verossímil.

Apoiando-se nas idéias de Proudhon, prega a revolução que se vinha operando na política, na ciência e na vida social. Para tanto, havia que

⁶ Há controvérsias quanto à data exata da Conferência proferida por Eça de Queirós – A Nova Literatura ou O Realismo como Nova Expressão da Arte. Para Massaud Moisés (1984: 198), em Literatura Portuguesa, afirma ter ocorrido a conferência a 06 de junho. José de Nicola (1990: 141), por sua vez, em Literatura Portuguesa – da Idade Média a Fernando Pessoa, é categórico em dizer que a conferência se deu a 12 de junho. Beatriz Berrini (2000: 21), organizadora de Literatura e Arte: uma antologia, de Eça de Queirós, confirma a data de 12 de junho como a noite em que Eça proferiu sua palestra nas Conferências Democráticas do Cassino.

⁷ Para António José SARAIVA e Oscar LOPES (1982: 872), houve, entre a conferência proferida por Adolfo Coelho e a proibição das mesmas, uma palestra de Augusto Soromenho, que versava sobre A Moderna Literatura, exaltando o processo de criação literária desenvolvido pelos românticos, sobretudo por Chateaubriand, fugindo totalmente do ideal estabelecido pelo Cenáculo: defender e promover uma arte nova, que retratasse o povo e o território português com fidedignidade, sem, com isso, estabelecer exaltações ou ufanismos.

considerar a literatura um produto social, condicionado a determinismos rígidos. (Moisés, 1984: 198)

Havia, portanto, a partir da oficialização do Realismo como processo artístico-literário em Portugal, a necessidade de todos os representantes da nova estética lançarem aos seus leitores a corrupção nos sistemas portugueses, a decadência do próprio país, se comparado a outros países europeus, decadência esta que se acentuava desde o período das grandes navegações, bem como a vergonhosa relação clerical em território lusitano, com todos os seus dogmatismos e a falta de vergonha escancarada entre as quatro paredes mestras das simples igrejas ou dentro das belíssimas e suntuosas catedrais. Tais necessidades pré-determinadas pela estética realista portuguesa fizeram com que Eça se transformasse, ao longo do processo de criação literária proposto pela tendência em questão, no maior expoente deste movimento em território português. Da mesma forma, acredita-se que tenham sido tais normatizações realistas que determinaram a evolução temática queirosiana e, por conseguinte, toda a sua produção, a posteriori, distribuída em fases distintas.

Adolfo Coelho, a 19 de junho, proferiu a quinta conferência, intitulada A questão do Ensino, na qual o pensador afastava-se das questões literárias, por assim dizer, adentrando ao problemático sistema educacional português. Após breve análise dos tipos e formas educacionais vigentes até então, Coelho afirma categoricamente estar em profundo processo de decadência o ensino em Portugal, acusando como principal causadora desta decadência a aliança feita entre a Igreja e o Estado, união que, na concepção de Adolfo Coelho, deveria ser rompida, se houvesse interesse por parte da sociedade portuguesa em resgatar a seriedade do sistema educacional, possibilitando, destarte, a promoção do pensamento livre.

No mesmo diapasão dos seus antecessores, o conferencista afirma a decadência do ensino por causa da aliança entre a Igreja e o Estado. Para resolver o problema, entende que urge operar-se a separação entre ambos e promover a liberdade de pensamento. (Moisés, 1984: 198).

Sob um manto de crítica ao sistema educacional, bem como às causas de sua real falência, o conferencista acusa abertamente, sem temer represálias, a instituição religiosa máxima de Portugal de ter promovido tal decadência, evidentemente amparada pelo governo, que fez questão de fechar os olhos para o que ocorria, pois a submissão do povo lhe valia e muito para manter-se num processo repressor político.⁷

A 26 de junho, às portas centrais do Cassino, afixava-se portaria governamental assinada pelo Marquês d'Ávila e Bolama, proibindo a continuação das conferências, por, segundo tal documento, apresentarem um abuso do direito de reunião, pois ofendiam o reino como um todo, bem como o código que alicerçava a monarquia. Estavam suspensas, portanto, as Conferências do Cassino, que ainda deveriam ter mais cinco conferencistas, que completariam as dez palestras previamente programadas. Não chegaram a ser proferidas as seguintes conferências, respectivamente: Os Historiadores Críticos de Jesus, por Salomão Sáraga; O Socialismo, por Batalha Reis; A República, por Antero de Quental; A Instrução Primária, por Adolfo Coelho e, por fim, A Dedução Positiva da Idéia Democrática, por Augusto Fuschini.

O teor revolucionário havia se mostrado bastante forte e intenso. Das dez conferências programadas, as duas primeiras versavam sobre a decadência e o atraso de Portugal; a terceira e a quarta preocupavam-se em analisar o processo literário português vigente até 1870 e, sobretudo, definir o que seria o movimento realista, portanto de cunho artístico-cultural; a quinta crítica abertamente a união existente entre Estado e Igreja, o que teria provocado a falência do ensino em território português, mostrando-se, novamente, de crítica ao sistema social e político, imposto pela monarquia; dentre as que não foram proferidas, a sexta seria a menos política, mas mexeria com a Igreja ao demonstrar o pensamento de alguns críticos em torno da figura de Cristo, logo, adentraria em um terreno extremamente delicado e perigoso, pois jamais a Igreja aceitaria ver seus dogmas maiores sendo colocados em discussão; a sétima e a oitava fundamentavam-se numa oposição ao sistema político, especificamente, aquela exporia o pensamento marxista, enquanto que esta defenderia o ideal republicano; a nona promoveria novamente o retorno à temática do ensino com o intuito de reforçar ainda mais a sua falência, evidentemente imposta pela indissolubilidade já comentada da Igreja com o Estado; a última das conferências programadas levaria a público a necessidade, na concepção dos conferencistas, em geral, de se democratizar o sistema político português. Ora, o que propunha, a princípio, o Cenáculo, era o surgimento de uma nova estética literária em solo português; porém, o que se discutiu acerca do processo de criação literária vigente até então em Portugal e como deveria

passar a ser estabelecido a partir das Conferências do Cassino, com o surgimento da Nova Arte, foi realmente muito pouco, ou seja, reduziu-se às divagações de Augusto Soromenho quando da análise genérica da Literatura Portuguesa e sua decadência a olhos nus, e à tentativa de expor uma verdadeira ideologia realista, quando da exposição de Eça de Queirós. No restante, pregavam-se, abertamente, mudanças sociais, políticos e econômicos, os quais poderiam tirar Portugal do ostracismo em que se havia colocado desde as grandes conquistas, tanto num plano cultural, quanto social.

Eça de Queirós e a Proposta Realista

O período realista, em Portugal, apresenta Eça de Queirós como expoente de maior expressividade, norteador, sobretudo, pelas propostas científicas de Comte e Taine – positivismo e determinismo – acopladas à influência que o autor sofre de Heine, Michelet e Victor Hugo, que determinam, numa primeira fase queirosiana, a criação de textos ligados ao modelo romântico de crítica social. A primeira fase da carreira de Eça de Queirós principia com artigos e crônicas publicados entre 1866 e 1867 na *Gazeta de Portugal* e postumamente reunidos no volume intitulado *Prosas Bárbaras*, culminando com a publicação do primeiro romance queirosiano de cunho totalmente realista-naturalista: *O Crime do Padre Amaro*, datado de 1875.

Toda esta fase pode ser vista criticamente como uma pré-produção realista do autor, pois estará repleta de indecisões e procura de respostas para seus questionamentos acerca do processo literário e dos aspectos sócio-políticos que o norteavam. Pertencem a esta fase, além de *As Prosas Bárbaras*, *O Mistério da Estrada de Sintra* e *As Farpas*, jornal de cunho satírico, dirigido por Ramalho Ortigão, que, mais tarde, seriam reunidas num volume denominado *Uma Campanha Alegre*.

Com *As Farpas*, Eça assume com total furor o que preceituara em sua conferência no Cassino Lisbonense, ou seja, passa a criar crônicas altamente críticas sobre assuntos discutidos na sociedade portuguesa onde se via inserido. Na verdade, *As Farpas* nada seriam que críticas ao sistema social português, promovidas por Eça, conforme a sua visão de mundo, ou seja, o autor apresenta a sociedade decadente portuguesa, subjugada à arte padronizada na época. Dessa forma, localiza-se, aqui, um Eça extremamente agressivo, irônico, por vezes satírico, no afã de alcançar as mudanças que acreditava serem de fundamental importância para que a sociedade portu-

guesa voltasse a trilhar o caminho do desenvolvimento social e cultural, como todos os demais países do continente europeu; no entanto, para que o povo português conseguisse alcançar tal patamar, na visão do escritor, seria de real necessidade que esse mesmo povo gritasse contra o sistema, sobretudo político, corrompido em sua totalidade.

Alcançava, portanto, a segunda fase de criação literária, a que exigia a fotografia fidedigna da realidade sócio-política portuguesa. Nela, o autor passou a se preocupar excessivamente com a ruptura dos dogmas morais, promovida pelos próprios religiosos cristãos encontrados no interior da Igreja Católica em território português – tematizando um modelo de crítica ao sistema clerical, localizado no decorrer da trama ficcional expressa em *O crime do Padre Amaro* (1875) e *Relíquia* (1887).

Num mesmo patamar, podemos verificar um Eça disposto a retratar a falência da instituição familiar – *O Primo Basílio* (1878), *Os Maias* (1888); ou simplesmente criticando a sociedade burguesa, idealizada na hipocrisia humana – verificável em praticamente todas as suas produções literárias.

Cansado de gritar contra um sistema que permaneceria corrupto e falido, fosse em relação aos aspectos sócio-políticos, desestrutura familiar ou ruptura dos dogmas religiosos e morais, quando das críticas ao clero português, Eça adentra a uma terceira fase – segundo Óscar Lopes e Antônio José Saraiva – na qual analisa suas personagens com otimismo, voltando-se para o lado bom da humanidade. A bem da verdade, o autor descreve personagens em profunda mutação, ou seja, seres humanos que se afastam do capitalismo opressor das grandes cidades para encontrarem a felicidade plena e verdadeira nas quintas. Com este modelo de processo de criação literária e, por que não dizer, de modo diferenciado de observar a vida em Portugal, Eça apresenta ao público leitor *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901), portanto publicada postumamente.

A situação social já não é tão determinante da ação das personagens, como ocorria na fase anterior. As relações entre as personagens e a realidade são

simplificadas, e as soluções dos conflitos dependem mais de seus aspectos subjetivos do que da situação social. (Abdala Jr., 1982: 113)

O aspecto lembrado por Abdala Jr. pode ser mais facilmente observado no desenrolar da trama de *A Cidade e as Serras*, na qual encontramos um Eça de Queirós propondo uma solução reacionária para Portugal, a partir do momento em que faz o elogio da ruralidade, do atraso português diante da realidade dos países mais desenvolvidos europeus. Dessa forma, pode ser encontrada, no decorrer da narrativa, uma questão extremamente atual: a sátira ao culto da tecnologia e do maquinismo.

Já para Abdala Jr (1982: 114), a narrativa representa uma volta às raízes sociais, determinando um reformismo de ordem intelectual de forma amainada. O grande empreendedor capitalista volta-se para o campo. Tal pensamento considera-se como o mais plausível, levando-se em consideração o fato de que Jacinto aplica parte de sua riqueza em maquinário e melhorias em sua propriedade rural, como podemos verificar no dizer do próprio teórico:

Não temos mais o ceticismo irônico dos romances naturalistas, nem mesmo a insatisfação melancólica das narrativas de primeira fase. Ao invés do pessimismo problemático, afirma-se o otimismo fácil, que deixaria satisfeito qualquer político da monarquia constitucional portuguesa, que o escritor anteriormente tanto criticara. (Abdala Jr., 1982: 114)

Assim sendo, podemos aceitar a idéia, diferentemente das demais produções literárias queirosianas, em que o autor critica as instituições sociais, não só em *A Cidade e as Serras*, mas em toda e qualquer produção de sua última fase, de que um Eça pessimista, contrário à corrupção, ao desrespeito governamental, à decadência portuguesa e à estagnação de um processo cultural, cede lugar a outro Eça otimista em relação às personagens humanas por ele criadas, passíveis de mudanças ideológicas. Aqui, nota-se que as mudanças ideológicas existentes no âmbito de suas personagens de terceira fase correspondem às mutações sofridas pelo próprio autor já cansado de lutar contra um sistema falido e corrupto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se por base todos os aspectos analisados – sobretudo a realidade social e política portuguesa do século XIX, o surgimento ideológico da tendência realista em solo português, as conferências do Cassino Lisbonense de 1871, bem o processo de criação queirosiano, inserido na proposta da estética realista – podemos alcançar a verdadeira e real importância de Eça de Queirós para o surgimento, a afirmação e a evolução do Realismo em Portugal.

Tendo sua arte dividida em três momentos distintos de criação, o maior expoente realista português, indiscutivelmente, trilhou um caminho que, desde os primeiros passos, ao prenciar a estética realista portuguesa, até alcançar a maturidade de seus escritos, Eça jamais se distanciou daquilo que, conforme sua visão de mundo – social, política, econômica e religiosa – deveria ser discutido, trazido à tona, denunciado e, sobretudo, solucionado da decadência e estagnação do território português.

Eça lutou desde a sua conferência proferida no Cassino Lisbonense em 1871 por mudanças, por transformações radicais da sociedade portuguesa, seja através das crônicas publicadas n*As Farpas*, na primeira fase, seja através da criação de personagens como Luiza e Basílio, em *O Primo Basílio*; Teodorico e Tia Patrocínio, em *Relíquia*; ou através da idealização do que corresponderia, no decorrer de toda a criação queirosiana, a nosso ver, à mais forte crítica ao sistema clerical português, sobretudo com a criação de personagens como Amaro Vieira, Amélia, D. Joaneira, Cônego Dias e Carlota, em *O Crime do Padre Amaro*; bem como em *Os Maias*, quando da exposição do amor incestuoso, e por isso impossível, entre dois irmãos, provocado pela desestrutura familiar, uma das propostas temáticas do escritor português, culminando com a sua segunda fase, a extremamente realista. Quando alcança a terceira fase, sobretudo com a criação de *A Cidade e as Serras*, o escritor, então, afasta-se das críticas abusivas contrárias a todo o tipo de sistema – familiar, clerical, governamental – assumindo uma posição mais amena, o que aparenta, em regra um cansaço por parte do escritor de gritar contra as opressões, os descasos, o atraso da sociedade portuguesa, tematizando acerca da consciência humana, da possibilidade de o homem amadurecer idéias, não tendo que,

por obrigatoriedade, permanecer preso aos mesmos ideais. Tudo isso nos leva a crer que o próprio autor, depois de defender acirradamente os ideais realistas, criticando abertamente a sociedade portuguesa, da qual muito pouco participou – por suas andanças como diplomata – volta-se para essa mesma sociedade com olhos saudosos, como se estivesse assumindo um retorno ao meio do qual saiu no auge de sua produção realista.

Assim sendo, Eça de Queirós, na verdade, enquanto produtor de segunda fase, mostra-se, sem dúvida, o maior expoente de toda a estética realista desenvolvida em território português, em primeiro plano, por ter afrontado o alto escalão da poderosa igreja católica, num segundo plano, não em importância, por ter usado sua pena como forma de exigir mudanças sociais, políticas e econômicas num momento de intensa repressão promovida pelo sistema político português.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História Social da Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

ABDALA JR. Benjamin; PASCHOALIM, Maria Aparecida. *História Social da Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOPES, oscar; SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. 12^a. ed. Porto: Porto Editora, 1982.

MEDINA. João. *Eça de Queirós – antibrasileiro?*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. 20^a ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1984.

_____. *A Literatura Portuguesa Através dos Textos*. 13^a ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

QUEIRÓS, Eça. *Alves e Cia*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *A Ilustre Casa de Ramires*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *A Correspondência de Fradique Mendes*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *A Cidade e as Serras*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *O Mandarim*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *A Relíquia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. *O Primo Basílio*. São Paulo: Nova Cultural, s.d.

_____. *Literatura e Arte: uma antologia*. Organização Geral e comentários de Beatriz Berrini. Lisboa: Relógio d'água, 2000.

RAMOS JR., José de Paula. *A ilustre casa de Ramires – Roteiro de leitura*. São Paulo: Ática, 1993.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 12^a ed. Porto: Editora Porto, 1982.